

A moderna ocupação agrícola em Rondônia

ROLF WESCHE *

Professor da Universidade de Ottawa, Canadá

O interesse popular e científico pelo desenvolvimento agrícola da Amazônia brasileira concentrou-se em projetos de colonização governamental ao longo da rodovia Transamazônica e em grandes projetos agropecuários no norte de Mato Grosso, norte de Goiás e leste do Pará. Enquanto isso, o Território Federal de Rondônia recebeu muito pouca atenção, embora esteja entre os setores mais dinâmicos da região amazônica brasileira. Este dinamismo pode ser atribuído ao fato de que Rondônia, entre as principais unidades políticas da Amazônia clássica¹, é a que tem maior acesso ao sul e sudeste brasileiros já desenvolvidos, onde se origina o impulso de desenvolvimento amazônico. A Território é, sob vários aspectos, uma extensão longínqua da fronteira agrícola progressiva do sul do Brasil.

Além disso, Rondônia se distingue das outras zonas de ativa colonização na Amazônia pela sua posição como território federal. Isso faz com que o controle da posse de terras devolutas fique sob a jurisdição

* O autor agradece ao Conselho do Canadá a dispensa concedida, que facilitou a pesquisa na Amazônia brasileira durante 1973-4, e a assistência cartográfica de Carol Ullman.

1 A "Amazônia clássica", como é entendida no Brasil, compreende os Estados do Acre, Amazonas e Pará, e os Territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima. Ela se distingue da "Amazônia legal", região de planejamento que tira proveito de incentivos fiscais especiais e que inclui, além da área acima mencionada, Mato Grosso ao norte do paralelo de 16°, Goiás ao norte do paralelo de 13°, e Maranhão a oeste do meridiano de 44° (fig. 1).

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),² cuja política é incentivar pequenos agricultores e empresários agrícolas, reduzindo o tamanho das propriedades para 2.000 hectares. Assim, Rondônia se fecha às grandes atividades pecuárias que dominam a maior parte da orla sul e leste da floresta pluvial (fig. 1). De certo modo, parece que Rondônia está destinada a desenvolver, em termos de tamanho de propriedade e uso da terra, um padrão agrícola mais complexo que o da maioria das outras áreas da Amazônia.



A ERA PRÉ-RODOVIÁRIA

Antes do advento das estradas de rodagem, Rondônia, hoje relativamente acessível, estava entre as áreas mais isoladas da Amazônia. Sua frágil economia baseava-se na extração de produtos florestais, especialmente a borracha, que a partir de 1880 atraiu uma pequena popu-

2 O INCRA foi criado pelo Decreto n.º 1.110 (9 de julho de 1970), sendo o sucessor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Como sugere o nome da nova organização, sua missão é colonizar, enquanto a reforma agrária em áreas agrícolas já estabelecidas é de menor importância.

lação de migrantes do Nordeste presos à tradição. O povoamento alinhou-se ao longo de rios navegáveis, especialmente o Guaporé—Mamoré Madeira e o baixo Jiparaná, ao norte e oeste do território. Embora trechos ocasionais de culturas de subsistência se aliassem a atividades extrativas, a área importava grande parte de suas necessidades alimentares. Nem mesmo a construção da estrada de ferro Madeira—Mamoré (1910-1912), que transformou o noroeste de Rondônia em um grande corredor de transporte e estabeleceu seus primeiros centros urbanos, Porto Velho e Guajará-Mirim, conseguiu estimular o desenvolvimento agrícola.

A falta de iniciativas agrícolas privadas, unida a uma crescente demanda de gêneros alimentícios, principalmente nos centros urbanos, e o declínio a longo prazo da economia da borracha, fizeram com que o governo finalmente interviesse, através de uma série de esquemas de colonização, nas duas décadas que se seguiram ao famoso discurso de Getúlio Vargas “Rio Amazonas” (10 de outubro de 1940) que propunha, antes de mais nada, um desenvolvimento planejado da Amazônia. Assim, o governo territorial estabeleceu as colônias do IATA ao norte de Guajará-Mirim, e Candeias, Garças, Treze de Setembro, Areia Branca e Beiradão Ferrovia na hinterlândia de Porto Velho. O governo federal acrescentou, ainda, Abunã e Mamoré, perto da confluência dos rios Madeira e Mamoré.³

Compostas de uma população local excedente habituada à extração e subsistência florestal, estabelecidas em solos relativamente pobres, vítimas de isolamento, má administração e assistência governamental inadequada, e assoladas por doenças, essas primeiras colônias estavam destinadas ao fracasso. Hoje elas mal podem ser distinguidas da colonização realizada por ocupantes de terras devolutas sem títulos legal, orientada para a subsistência, típica da Amazônia tradicional. O fato é ilustrado pelos dados de 1971, que se seguem, sobre a colônia do IATA.⁴ Todos os entrevistados nasceram no Nordeste (95%) e Norte (5%). Embora a colônia do IATA tivesse sido criada em 1943, nenhum dos colonizadores tinha o título definitivo de propriedade de seu lote, e mais de 80% dos lotes haviam mudado de dono. Todos os colonos continuavam a centrar sua agricultura em culturas básicas de milho, arroz, mandioca e feijão. Não se dispunha de assistência médica ou técnica. Dos chefes de família, 61% eram analfabetos e 22% semi-analfabetos. Até mesmo as instalações sanitárias primárias só eram usadas por 5% da população, e 92% dessa população continuava a depender dos rios para ter água potável. Esses dados são típicos das antigas colônias governamentais que, na melhor das hipóteses, deram uma contribuição marginal à oferta do mercado regional através de gêneros alimentícios tradicionais básicos.

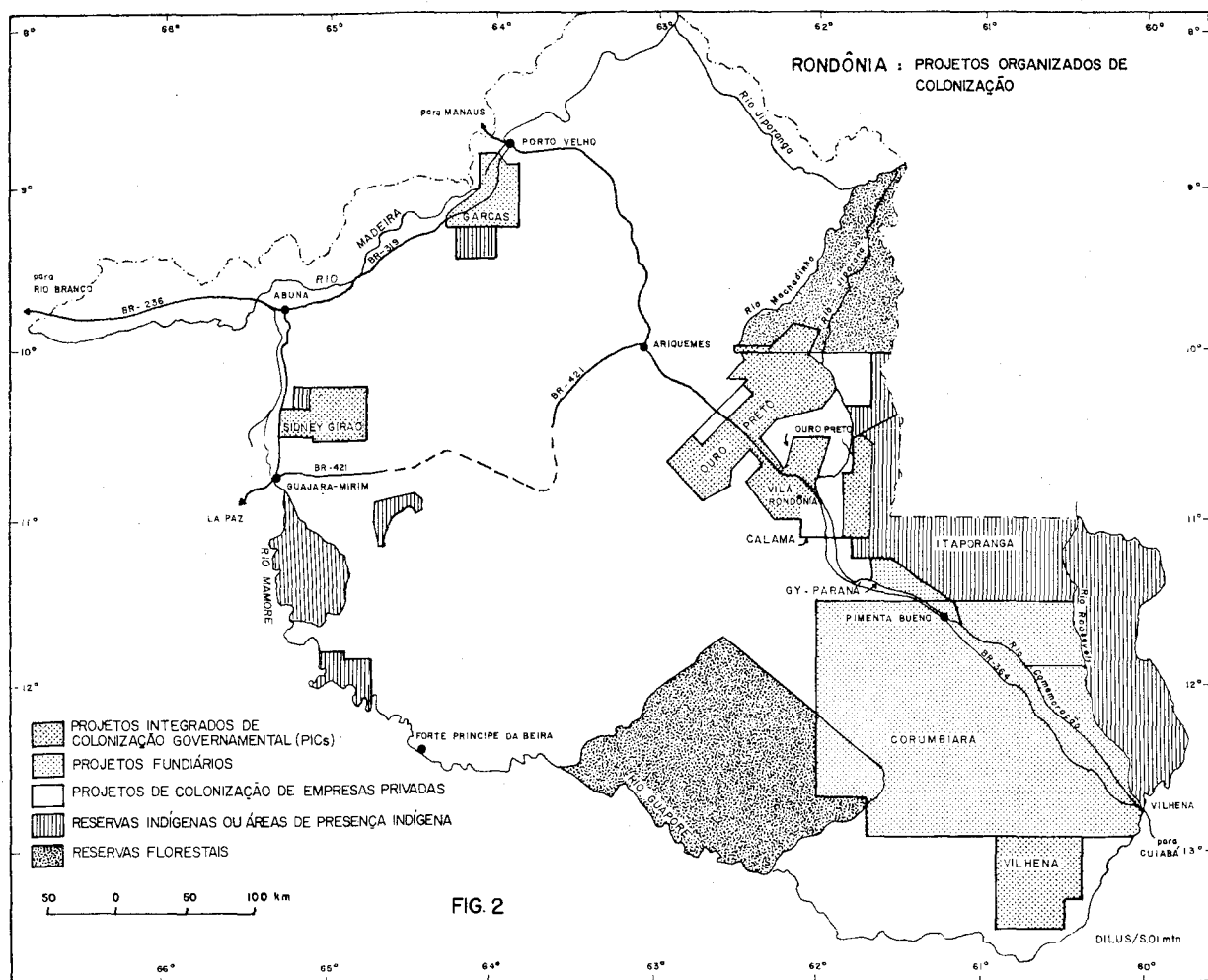
Além dessas colônias, foram desenvolvidas algumas poucas atividades pecuárias rudimentares tanto nas vizinhanças de Porto Velho e Guajará-Mirim como na zona de transição prado—floresta da região de fronteira de Mato Grosso. Agricultores de subsistência, também em pequeno número, estabeleceram-se espontaneamente perto das cidades, assim como ao longo da estrada de ferro e dos rios navegáveis.

3 Vânia Porto Tavares, *Colonização dirigida no Brasil: Suas possibilidades na região amazônica* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972), pp. 143-4.

4 Dados não publicados de uma pesquisa do INCRA feita com 120 colonizadores, em 1971, na colônia do IATA.

O ADVENTO DAS RODOVIAS

Desde os meados da década de 60 as rodovias transformaram, de maneira impressionante, a geografia humana de Rondônia, uma das partes mais isoladas da Amazônia na época em que os rios eram o único meio de transporte. O transporte rodoviário proporcionou um elo efetivo entre o Território e os principais mercados e fontes de capital e inovação do País. Ele também abriu Rondônia — outrora o domínio de nordestinos presos à tradição, sua descendência amazônica e índios selvagens — ao povoamento maciço por migrantes, em relativo desenvolvimento, provenientes do centro-sul⁵ do Brasil (quadro 1). Esta nova tendência foi acompanhada de uma mudança espacial de desenvolvimento da terra, dos limites a noroeste para metade sudeste do território (fig. 2). Conseqüentemente, o intenso povoamento deslocou-se da ocupação esporádica das margens dos rios para o desenvolvimento maciço da terra firme. A agricultura comercial está substituindo rapidamente a extração de produtos florestais e a lavoura tradicional de subsistência.



5 No contexto deste artigo, o termo *centro-sul* é usado para identificar as áreas mais desenvolvidas do Brasil, isto é, o Centro-Oeste, Sul e Sudeste (fig. 1).

O mais importante elo externo de Rondônia é a rodovia Cuiabá-Porto Velho. Terminada em meados da década de 60 e quase sempre intransitável na estação chuvosa, durante os primeiros anos, essa rodovia tem sido, desde então, consideravelmente melhorada e, num futuro próximo, será asfaltada. Em direção ao norte, uma rodovia, em grande parte asfaltada, liberada ao tráfego desde 1964, liga Porto Velho a Manaus e à Rodovia Transamazônica, e, em breve, dará acesso à Venezuela e Guiana (fig. 1). Em 1971 foi concluída uma larga estrada de terra entre Porto Velho e Guajará-Mirim, substituindo a hoje extinta estrada de ferro Madeira-Mamoré. Em Abunã se une à rodovia Transacre, liberada ao tráfego desde 1974, e, no futuro, se ligará a uma rodovia para La Paz, via Guajará-Mirim, atualmente em fase de planejamento. Dentro de pouco tempo será terminada a construção da rodovia entre Guajará-Mirim e Ariquemes. Dessa forma, Rondônia surge como o principal eixo rodoviário da Amazônia ocidental. Enquanto isso, uma rede cada vez maior de rodovias alimentadoras liga as novas áreas de colonização à rede das rodovias principais.

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PRIVADA

Adotando um padrão estabelecido no sul do Brasil, as companhias de colonização privada desempenharam um papel importante nas primeiras fases da moderna colonização em Rondônia. CALAMA, uma companhia acionista com sede no Paraná, tinha acumulado, por volta de 1930, uma concessão territorial mal delimitada de mais de um milhão de hectares, reduzida pelo INCRA, a partir dessa época, para 100.585 hectares (fig. 3). Esta companhia concentrou-se na Vila de Rondônia e estendeu-se à área do Rio Roosevelt em Mato Grosso. Embora essa terra tivesse sido concedida à companhia para o estabelecimento de propriedades familiares, nenhum lote foi vendido até 1967, isto é, até que fosse concluída a construção da rodovia para Cuiabá. Nessa época, CALAMA recrutou colonos do Paraná, fornecendo-lhes transporte para a área. Tais colonos receberam lotes com títulos de propriedade definitivos, predominantemente dentro do limite de 10 a 30 hectares, na hinterlândia da Vila de Rondônia. Os colonos deram uma entrada de 40-50% sobre o valor da propriedade, e conseguiram, através da companhia, créditos bancários de 2 a 3 anos para financiar o restante. A área da Vila de Rondônia revelou-se como a mais assolada por doenças em todo o território, apresentando alta taxa de mortalidade entre os primeiros povoadores, principalmente em virtude da malária. Entretanto, a propaganda oral continua a atrair grande número de migrantes do centro-sul, com uma proporção, cada vez maior, proveniente do Estado do Espírito Santo. Por volta de 1964, mais de 800 lotes tinham sido vendidos.

CALAMA restringe seus serviços à medição de lotes, fornecimento de títulos e pesquisa de água superficial. A construção de estradas de acesso rural iniciada pela companhia foi, desde então, confiada à prefeitura da Vila de Rondônia. A expansão rural é proporcionada pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)⁶. Apesar de os serviços oferecidos e os preços de terreno cobrados por essa companhia privada serem bem mais desfavoráveis do que os das colônias do INCRA, o projeto continua a atrair colonizadores. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à sua provisão de títulos de propriedade definitivos que dão acesso ao crédito bancário, e à ausência total de condições qualifi-

6 ACAR é um órgão semigovernamental, nacional, mantido por fontes municipais, estaduais e federais.

cantes e restrições impostas aos colonizadores. A proximidade da colônia em relação à Vila de Rondônia, permitindo residência na cidade, e a relativa fertilidade dos solos da planície de inundação e da terra firme, proporcionando um meio de vida satisfatório apesar do tamanho reduzido do lote⁷, são outros atrativos.

Em 1966, Itaporanga, outra empresa de colonização privada, propriedade de uma família, com sede em São Paulo, adquiriu direitos de uso de 3 antigos seringais (concessões da borracha) vagamente delimitados, com uma extensão aproximada de um milhão de hectares (fig. 2). Sem o título de propriedade da terra, como no caso dos seringalistas (donos da concessão da borracha), mas encorajada por administrações territoriais preocupadas com o desenvolvimento, a companhia começou a planejar a localização de 3 cidades, a construir estradas alimentadoras e a medir e vender lotes de 1.000 a 2.000 hectares a pequenos agricultores e empresários vindos do Centro-Sul. Os colonizadores, por sua vez, deveriam adquirir títulos de propriedade do INCRA. Por volta de 1974 mais de 600 lotes tinham sido vendidos, grandes áreas tinham sido transformadas em pastagem, culturas de café, arroz, soja e outras, mas o INCRA recusara-se, até então, a validar o projeto através do fornecimento de títulos de propriedade.

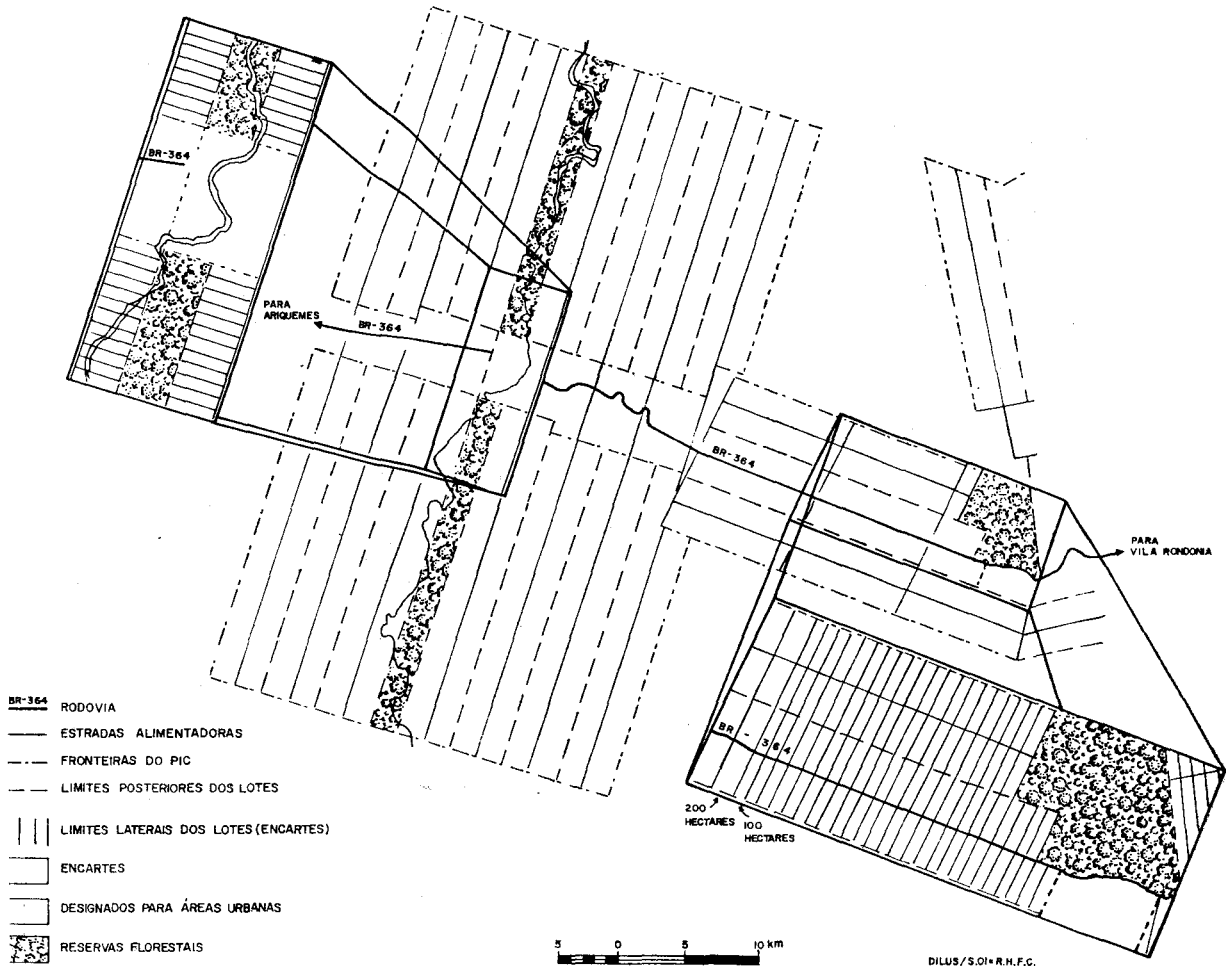
PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO GOVERNAMENTAL (PICs)

A moderna colonização governamental em Rondônia precede a famosa visita do Presidente Médici ao Nordeste assolado pela seca, em 1970, que levou à construção da Rodovia Transamazônica, e um forte comprometimento do governo com a colonização amazônica sob o *slogan* "terra sem gente para gente sem terra". Na verdade, a concepção e o planejamento dos projetos de colonização transamazônica foram fortemente influenciados pela implantação, aparentemente bem sucedida, da primeira colônia em Rondônia.

Em 1968 uma comissão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) visitou o projeto CALAMA para estudar seu programa de colonização e investigar a legitimidade de seu título de propriedade. Impressionada com a relativa fertilidade dos solos locais, a imigração acelerada para a área, e o conseqüente perigo de terras federais serem casualmente alienadas por empresas privadas e posseiros sem título legal, essa comissão aconselhou a intervenção federal para assegurar um desenvolvimento agrícola ordenado em Rondônia. Assim, em 1969, Ouro Preto, o primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC) da Amazônia, foi estabelecido em terras até então não usadas, a noroeste da Vila de Rondônia (figs. 2 e 3), e imediatamente inundado por uma onda de migrantes espontâneos.

Os PICs Jiparaná e Sidney Girão foram criados em anos subseqüentes para alojar o excedente de colonizadores. Enquanto isso, o PIC Ouro Preto se expandiu, o PIC Vilhena começou a ser planejado e, por volta do início de 1974, 5.000 famílias, aproximadamente, já tinham sido acomodadas. Todos esses PICs se localizam nas hinterlândias de cidades preexistentes (Vila de Rondônia, Guajará-Mirim e Vilhena) que

7 Sob pressão do INCRA, que considera 100 hectares o mínimo necessário para manutenção adequada de uma família agrícola na Amazônia, e a fim de criar incentivos para os povoadores provenientes das colônias do INCRA, CALAMA agora vende principalmente lotes de 100 hectares.



devem funcionar como centros de serviços e pólos de crescimento sem, entretanto, impedir o aparecimento de novos centros urbanos, fato considerado no planejamento do PIC.

A participação nos PICs restringe-se a trabalhadores agrícolas e agricultores de subsistência que, anteriormente, não possuíam terra. Para enfrentar os obstáculos envolvidos e os problemas de adaptação de novos colonizadores ao meio ambiente estranho, os PICs fornecem todos os serviços básicos necessários. Estes são administrados pelo INCRA em colaboração com várias instituições governamentais e semigovernamentais especializadas.⁸ Ao chegarem, os colonizadores recebem um lote de 100 hectares, ou 200 hectares se o lote for destinado à criação de gado, uma ajuda de custo para subsistência durante 6 meses, crédito e outros insumos agrícolas, e uma casa de madeira padronizada, dentro dos limites estabelecidos pelo orçamento e potencial humano do INCRA. Em troca, eles ficam sujeitos a uma variedade de controles exercidos pelo INCRA, incluindo residência no lote, proibição de revenda da terra,

8 Para uma descrição mais detalhada dos PICs, recorra a Rolf Wesche, "Government Sponsored Colonization in Brazilian Amazônia", a ser publicado no volume 5 do *Proceedings of the Conference of Latin Americanists Geographers*, 1975.

manutenção de 50% do lote sob cobertura vegetal, e aceitação de sugestões do INCRA quanto ao uso da terra. Crédito supervisionado, dívidas não saldadas, detenção dos títulos de propriedade definitivos, até que os colonizadores demonstrem suficiente progresso, e o controle eficaz de insumos agrícolas, fornecem ao INCRA os meios necessários de ação.

Os colonizadores do PIC em Rondônia, em sua maioria provenientes do Centro-Sul (quadro 1), apresentam uma disposição favorável às influências modernizantes. Isso também se aplica à grande proporção de nordestinos que chegaram a Rondônia depois de uma residência prolongada no centro-sul. Assim, a estabilidade do colonizador e o progresso das terras nos PICs de Rondônia têm sido encorajadores e são superiores às condições existentes nos PICs transamazônicos, onde predominam fortemente os nordestinos.

PROJETOS FUNDIÁRIOS

Áreas bem maiores do que as atingidas pelos PICs foram designadas pelo INCRA como projetos fundiários, onde devem ser estabelecidas empresas agrícolas dentro de um limite de 500 a 2.000 hectares. Atualmente estão sendo desenvolvidas duas áreas-projeto, Garças e Corumbiara, e já estão previstos outros projetos (fig. 2).

Nos projetos fundiários os lotes são vendidos, através de um processo de lanços competitivos, aos pretendentes que tenham experiência em agricultura moderna e que apresentem um plano abrangente e detalhado de desenvolvimento da terra a longo prazo.⁹ Os licitantes devem também provar seu acesso a recursos de capital que sejam suficientes para o financiamento do desenvolvimento proposto. Os lotes são concedidos aos licitantes que oferecem os lanços mais altos entre os que tenham apresentado planos aceitáveis. Para evitar a fusão de propriedades em unidades maiores, cada lote deve ser administrado independentemente, e os membros de cada família, incluindo os contraparentes e os primos de primeiro grau, não podem adquirir mais de um lote dentro de um mesmo projeto fundiário.

O objetivo dos projetos fundiários é o desenvolvimento rápido e ordenado de terras federais, com o mínimo de despesa para o Governo que, em estágios iniciais, fornece apenas medição das terras e estradas de acesso. Já que as limitações financeiras não permitem que o INCRA ocupe mais do que uma pequena fração das terras federais com PICs de alto custo, os projetos fundiários são essenciais para evitar que a terra seja irregularmente povoada através de ocupação sem título legal ou que novos colonos adquiram títulos de propriedade provisórios, diretos de ocupação e outras concessões que datam de períodos anteriores e não são reconhecidas pelo INCRA.

Para assegurar rápido desenvolvimento, os que recebem terras nos projetos fundiários são obrigados a iniciar o desmatamento dentro do prazo de 12 meses, e devem seguir, durante 5 anos, o programa proposto em seu plano de desenvolvimento, caso contrário o lote reverte ao INCRA para revenda. Visto que a maior parte dos empresários que solicitam lotes nos projetos fundiários provém do Centro-Sul e não estão acostumados com a agricultura da floresta pluvial tropical, e que são praticamente inexistentes informações, até mesmo rudimentares,

9 Quanto ao tipo e alcance do plano de desenvolvimento da terra requerida, consulte o Ministério da Agricultura, INCRA, *Amazônia: Terra à venda* (n.p.n.d.), págs. 15-34.

sobre qualidade de solo e vegetação, topografia e condições de água superficial de cada lote, continua em questão a viabilidade da implementação e execução rígida desses planos.

O CONFLITO DA POSSE DAS TERRAS

Com a expansão da colonização moderna e o desejo do INCRA de regularizar títulos de propriedade em todo o território, surgiram, inevitavelmente, conflitos relativos à posse das terras. Em Rondônia, reivindicações de propriedade não documentadas são abundantes, ao lado de títulos de propriedade provisórios e mal definidos. Nas áreas rurais são raros os títulos definitivos legalmente reconhecidos. Alguns títulos foram concedidos pelos Estados do Amazonas e Mato Grosso antes de 1943,¹⁰ e outros, posteriormente, pelo governo territorial e federal. A maioria das propriedades de fato são resultado de ocupação sem título legal em alguma época anterior. O advento das estradas de rodagem provocou o aumento da ocupação sem título legal e da venda privada de terras com títulos de propriedade ilegais ou sem títulos, apesar de uma campanha publicitária do INCRA contra a aquisição de terras sem a sanção das autoridades locais do INCRA.

Nos territórios federais o INCRA pode desapropriar, sem indenização, terras não cultivadas e não usadas. Entretanto, pela terra cultivada, quando desapropriada pelos projetos do INCRA, deve ser pago seu valor corrente. Ocupantes estabelecidos em áreas atingidas por projetos de colonização governamental têm como primeira opção a compra de seu lote (se não possuírem título de propriedade definitivo), mas estão sujeitos às regulamentações do projeto quanto a limitações de tamanho da propriedade, uso da terra, etc., assim como à fiscalização do INCRA.

Usando de suas prerrogativas, o INCRA enfrentou o problema da regularização da posse das terras em Rondônia, apesar da forte oposição dos proprietários locais. O primeiro grande proprietário a ser atingido foi CALAMA que, em 1969, apesar de possuir um título de propriedade reconhecido, perdeu nove décimos de sua vasta propriedade, pois, para satisfação do INCRA, não podia provar sua capacidade de colonizar efetivamente a área. O PICO Ouro Preto e parte do PIC Jiparaná estabeleceram-se em antigos domínios da CALAMA.

Um conflito obscuro e ainda sem solução envolve o projeto Itaporanga. A direção da companhia supunha que, sob a proteção de governos territoriais preocupados com o desenvolvimento, suas operações estivessem a salvo, e achava que havia justificado convincentemente sua reivindicação de propriedade através do estabelecimento bem sucedido de uma colônia de agricultores, dinâmica e de bom tamanho, embora respeitasse o limite de 2.000 hectares determinado pelo INCRA. Por outro lado, os funcionários do INCRA, preocupados em estabelecer um controle total sobre a colonização no território, afirmam que a companhia opera ilegalmente em Rondônia e que seus colonizadores não podem receber títulos de propriedade até que o INCRA regularize a situação da posse das terras. Várias outras reivindicações de propriedade no esquema de desenvolvimento de Itaporanga acentuam o conflito. O plano para o PIC Jiparaná abrange parte das terras a cujos colonizadores Itaporanga, anteriormente, fornecia e vendia serviços. O projeto fundiário Corumbiara também coincide com o esquema de colonização pri-

10 Em 1943 o Território Federal de Guaporé que, em 1956, passou a ser chamado Rondônia, foi criado a partir de áreas previamente administradas por Amazonas e Mato Grosso.

vada. Grande parte do restante das terras reclamadas pela companhia é designada como uma área de presença indígena e, assim, proibida por lei à colonização não indígena (fig. 2).

Em todas as áreas de projeto do INCRA, colonizadores preexistentes foram ou estão sendo "regularizados". Esse processo envolve delimitação de propriedade, ajustamento do tamanho da propriedade ao limite especificado para a área, e imposição de regulamentações relativas ao projeto, incluindo pagamento ao INCRA por serviços de medição e por terras anteriormente não usadas e sem título de propriedade. Visto que os títulos de propriedade legais e a ocupação e utilização de fato da terra são, em geral, respeitados, o INCRA dificilmente poderá ser acusado de zelo excessivo. Algumas propriedades maiores mal administradas foram desapropriadas para uso dos PICs. Por outro lado, os posseiros de terras devolutas sem título legal só foram desapropriados e restabelecidos quando a densidade de ocupação da terra excedia a 100 hectares por família.

Entretanto, uma série de queixas tem sido levantada contra o INCRA, alegando desapropriação arbitrária, intromissão, incompetência, mínimo progresso dos PICs e impacto sufocante da ação da colonização sobre a empresa privada progressiva. Tais queixas, provenientes principalmente de grandes proprietários de terras em Rondônia, muitos com títulos de propriedade suspeitos, e das companhias de colonização privada, são divulgadas pela imprensa, tanto em Rondônia como nas áreas de origem das companhias.¹¹ O movimento no Território de Rondônia para torná-lo um Estado também pode ser atribuído, pelo menos em parte, ao problema da posse das terras. A posição como estado retiraria do controle federal a maior parte das terras de Rondônia e aumentaria, de maneira geral, a influência do governo e grupos de pressão locais.

Embora a região de Rondônia mantenha seu surto de colonização, o conflito relativo à posse das terras afeta a natureza e a rapidez do desenvolvimento. Desde 1972, empresários agrícolas do centro-sul, aspirando a maiores domínios e total liberdade de ação, têm evitado Rondônia, pulando para o Estado do Acre, menos acessível, onde grandes áreas já estão retidas sob títulos de propriedade legalmente válidos e transferíveis, e onde é limitada a atividade do INCRA. Um número crescente de colonos, com recursos de capital limitados, estão seguindo este exemplo.

Já que o crédito bancário está normalmente vinculado a um título de propriedade reconhecido, a marcha de desenvolvimento de novas terras em Rondônia, fora dos projetos do INCRA e da área de CALAMA, foi afetada por relativa falta de créditos disponíveis. Entretanto, os colonizadores que ocupam lotes sem título de propriedade em Rondônia continuam a investir seu trabalho e capital no desenvolvimento de seus domínios. Na verdade, há uma tendência notável no sentido de um rápido desmatamento das terras sem título de propriedade, principalmente em áreas do esquema de colonização de Itaporanga a serem atingidas pelo projeto fundiário Corumbiara. Isto reflete a convicção do colonizador de que o desenvolvimento efetivo da terra será reconhecido e finalmente legalizado, enquanto as propriedades continuarem dentro das limitações de tamanho especificadas pelo INCRA.

11 *A Palavra*, jornal semanal da Vila de Rondônia e veículo dos interesses dos seringalistas e outros grandes proprietários de terra, é essencialmente crítico. Um outro exemplo é "Rondônia: O Território sem Terra", suplemento especial da *Folha de Londrina* (5 de julho de 1973).

Em Rondônia o problema básico atualmente em debate é se o INCRA, incumbido antes de colonizar que de realizar a reforma total da terra, é, em termos políticos, suficientemente forte para superar a pressão conjunta dos interessados nas terras em um sistema político que contribui para o capitalismo de empresas privadas. O ataque aos interesses privados se concentra nos PICs, a essência do programa de colonização do INCRA. O INCRA deve provar, o mais depressa possível, que PICs de alto custo são economicamente viáveis, enquanto atenderem primordialmente a objetivos sociais e se restringirem a migrantes rurais marginais e submarginais. Em caso contrário, prevalecerá o argumento de que a empresa privada dinâmica é preferível à colonização governamental mal administrada.

Tendências recentes observadas a nível de governo federal parecem indicar que a futura expansão e multiplicação dos PICs estão sendo postas em dúvida, ao passo que a posição dos empresários privados tem sido fortalecida.

PROBLEMAS DE USO DA TERRA

Além de suas implicações sociais e econômicas, o tipo de solução para o problema da posse das terras determinará até que ponto o INCRA e outros órgãos públicos poderão implementar regulamentações conservacionistas quanto ao uso da terra. De acordo com as escassas informações disponíveis, a maior parte dos solos na área são pobres em nutrientes minerais e possuem um estreito horizonte orgânico. Entretanto, os solos da floresta pluvial, assim como a topografia e o sistema fluvial, são altamente diversos. Uma pesquisa preliminar ao longo de 106 quilômetros de estrada no PIC Jiparaná levou à identificação de 7 principais tipos de solo,¹² e estudos mais extensos sobre a Amazônia sugerem a presença de vários outros tipos no território.¹³ Já que os solos utilizáveis da planície de inundação são restritos, até mesmo ao longo do Madeira e dos cursos baixos de seus principais afluentes, o interesse do INCRA e do colonizador concentrou-se na fértil terra roxa estruturada eutrófica que aparece em terreno ondulado, sobre rocha matriz ígnea. Infelizmente, a área abrangida por esse tipo de solo parece ser bem limitada.

Quando a cobertura vegetal é eliminada em larga escala, os solos da floresta pluvial tendem a sofrer erosão e lixiviação intensamente aceleradas, e a reserva de água subterrânea e superficial é caracterizada por extremas flutuações de curto prazo entre períodos de excesso e *deficit*, com acentuados traços de aridez durante os cinco meses da estação "seca", isto é, de maio a setembro.

Apesar dessas rígidas limitações ambientais e da história do fracasso da agricultura permanente na terra firme da Amazônia, os colonizadores recém-chegados tendem a avaliar o meio ambiente de maneira relativamente favorável. Tais colonizadores têm uma visão particularmente otimista quanto aos solos, baseada no volume de vegetação natural e na produtividade de culturas primárias. Esta perspectiva oti-

12 Ministério da Agricultura, INCRA, *Solos da área do projeto integrado de colonização Jiparaná* (n.p.: INCRA, 1973).

13 Um levantamento dos principais tipos de solos na Amazônia brasileira aparece em Italo Claudio Falesi, et al., *Zoneamento agrícola da Amazônia* (Belém: Ministério da Agricultura, DNPEA, IPEAN, 1972) pp. 17-64; ver também Italo Claudio Falesi, *Solos da rodovia Transamazônica* (Belém: Ministério da Agricultura, DNPEA, IPEAN, 1972).

mista é acentuada pelo fato de que a troca de informações ambientais se limita, em grande parte, à nova geração entusiasta de colonizadores, já que a colonização moderna se concentra em zonas que antes eram praticamente desabitadas. Nessas grandes áreas contíguas, povoadas uniformemente por novos imigrantes, reduz-se ao mínimo o contato com colonizadores tradicionais. Além disso, os migrantes do Centro-Sul tendem a considerar os colonizadores tradicionais como inferiores, dando pouco crédito à validade de suas experiências agrícolas negativas na Amazônia. Assim, continua a predominar um espírito de desenvolvimento, dominado por estímulos econômicos, impressionado com supostos recursos de uma região aparentemente ilimitada e relativamente livre de considerações ambientalistas.

Já que a colonização maciça só começou a partir de 1970, não apareceu ainda nenhum padrão definitivo de uso da terra. Assim, apenas as principais tendências gerais podem ser identificadas, na hipótese de que a experiência acumulativa e o desenvolvimento de tecnologia mais adequada modifiquem no futuro, de maneira significativa, a perspectiva e as técnicas dos colonos.

Com exceção de alguns poucos empresários com grandes recursos de capital, os colonos são obrigados, por razões econômicas, a começar por culturas alimentares anuais, predominantemente arroz, milho, feijão e mandioca. Tais produtos já dispõem de um mercado que, devido ao rápido crescimento da população do território, proporcionam devolução imediata de capital e asseguram a sobrevivência do agricultor marginal, fornecendo-lhe gêneros alimentícios básicos. A dependência inicial de pequenos agricultores em relação a plantações anuais é também incentivada por uma cautelosa política de crédito de curto prazo, desenvolvida por instituições bancárias em oposição às que ainda não provaram a valia de seu crédito. Possesores de terras devolutas e outros pequenos agricultores, tendo adquirido terras sem título de propriedade definitivo, fora dos projetos organizados de colonização, são, em geral, os colonos mais deficientemente equipados, não têm acesso ao crédito e tendem a permanecer no estágio de cultivo alimentar. O declínio da fertilidade do solo impõe-lhes rapidamente um sistema de cultivo itinerante.

Até hoje o projeto de colonização CALAMA apresenta o mais variado padrão de uso da terra. Isso pode ser atribuído ao fato de que o projeto precede os outros projetos de colonização moderna, fornece, desde o início, títulos de propriedade definitivos e, portanto, acesso ao crédito, abrange uma variedade de tamanhos de propriedade, de 10 a 300 hectares, e dá aos colonizadores total liberdade de escolha quanto ao uso da terra. A proximidade do mercado da Vila de Rondônia aumentou o número de opções quanto a esse uso. Enquanto muitos colonizadores continuam a depender do cultivo anual de gêneros alimentícios básicos e da conseqüente rotação de terras, outros, em número considerável, acrescentaram culturas arbóreas, principalmente cacau — freqüentemente plantado com pacova ou banana — e café, e alguns desenvolveram exploração agrícola mista, abrangendo gado leiteiro e de corte, culturas arbóreas e plantações anuais. A especialização em pastagens restringe-se a um pequeno número de grandes propriedades.

No projeto Itaporanga, nos projetos fundiários e em grandes domínios agrícolas que datam de períodos anteriores, a tendência predominante de uso da terra é a transformação da terra cultivada em pastagem ou a introdução imediata de terras recém-desmatadas na pastagem. Entretanto, estão sendo realizados ou projetados outros tipos de uso da terra, especialmente café e rotação de culturas que dão ênfase à soja e ao arroz.

Se devem ser adotadas, em toda parte, medidas adequadas de conservação, pode-se supor que tais medidas terão de ser desenvolvidas e impostas por instituições governamentais. Apesar de sua propaganda não realista inicial a respeito do potencial agrícola da Amazônia, o INCRA demonstra uma crescente preocupação conservacionista em relação às limitações ambientais, das quais está cada vez mais consciente. Nos PICs, depois de um período de transição de 2 ou 3 anos de cultivo alimentar anual, o Instituto incentiva a transformação de áreas cultivadas em plantações de longa duração. Culturas arbóreas, tais como cacau, café e borracha, são consideradas a opção mais interessante. Tanto o *know-how* técnico como as mudas provenientes de sementeiras locais encontram-se cada vez mais disponíveis aos colonizadores, enquanto a especialização em criação de gado se restringe a um número limitado de lotes de 200 hectares destinados a esse objetivo (fig. 3). Embora ainda predomine o cultivo anual, pode-se observar, desde 1974, uma transformação dinâmica em plantações de longa duração.

Em todos os projetos do INCRA 50% de cada propriedade deve permanecer sob cobertura vegetal natural ou artificial. Espera-se que esta regulamentação acentue a atratividade de culturas arbóreas em terras fechadas, por outros motivos, ao uso intensivo, em especial nos lotes relativamente pequenos dos PICs. Além disso, reservas florestais locais protetoras das bacias fluviais, solos não utilizáveis e terreno fortemente inclinado foram abandonados tanto dentro de áreas de projeto como em suas vizinhanças (fig. 3). Com o objetivo de proteger recursos madeireiros, duas grandes reservas florestais foram delimitadas em partes do território relativamente inacessíveis (fig. 2). Áreas destinadas a tribos indígenas, quando respeitadas pelos colonos, também podem propiciar proteção florestal, já que as atividades extrativas e a agricultura de subsistência dos indígenas quase não afetam o meio ambiente natural.

Embora a proteção ambiental seja uma preocupação básica do INCRA, não existe nada que se assemelhe a um plano abrangente de uso da terra para o território, nem pode o Instituto exigir uma abordagem conservacionista sólida e coordenada em suas áreas de projeto. Até agora, centros de serviço e rodovias preexistentes, mais do que a qualidade do solo, têm influenciado a locação e a delimitação dos PICs, embora as restritas informações disponíveis nos lembrem de que os PICs Ouro Preto e Jiparaná abrangem alguns dos melhores solos do território. A delimitação dos projetos fundiários, que hipoteticamente associam uso mais extensivo da terra a solos mais pobres, é ainda mais arbitrária, já que, na época de seu estabelecimento, não havia nenhuma informação significativa sobre solos, exceto ao longo das principais rodovias.

A medição retangular das terras, usada não só nos projetos do INCRA como também nos de empresas privadas, é inadequada à complexidade da topografia, dos solos e do sistema fluvial da área. Lotes do mesmo tamanho e preço são dotados, em proporções desiguais, de bons solos e acesso às fontes de água superficial, vitais tanto para o homem como para o gado. A medição das terras também impede a defesa de unidades naturais que precisam de proteção. Assim, as reservas florestais associadas aos projetos do INCRA são antes artefatos dos métodos de medição das terras do que entidades naturais (fig. 3). As rodovias alimentadoras, em vez de percorrerem os interflúvios, dispõem-se em padrão quadriculado, com declives íngremes, gerando problemas de manutenção dos aterros da rodovia que obstruem o sistema fluvial natural, favorecendo, assim, a difusão da malária.

Nos PICs, durante os primeiros anos, antes que fossem realizados levantamentos topográficos e de solos, os colonizadores iniciaram o desmatamento uniforme da terra na divisa frontal de cada lote com a estrada, seguindo para o interior numa frente ininterrupta, sem levar em conta condições de solo e de declividade. Este empreendimento foi incentivado, em parte, por sua conveniência em relação aos colonizadores, ao pessoal da fiscalização governamental e aos objetivos das relações públicas a fim de fornecer provas visíveis de desmatamento dinâmico e homogêneo da terra, estimulando a competição entre os colonizadores. Em geral, os primeiros planos esquemáticos dos PICs mostram cinturões contínuos de terras desmatadas na parte frontal dos lotes e cinturões totalmente cobertos de vegetação na parte posterior dos lotes. Com a experiência acumulativa, vem sendo encorajado um desmatamento mais seletivo e, portanto, irregularmente distribuído, adaptado às condições do sistema fluvial, solo e declividade. Além disso, vem progredindo a adaptação de usos apropriados da terra a áreas já desmatadas. Em alguns casos de solos impróprios para agricultura foi permitida sua reversão à vegetação secundária.

CONCLUSÃO

A recentidade da moderna colonização em Rondônia e as rápidas e contínuas mudanças implícitas permitem apenas conclusões hipotéticas em relação ao sucesso da colonização.

Como na maior parte das áreas pouco exploradas, cometem-se erros, ocorrendo, assim, a deterioração ambiental. Isto é inevitável, tendo em vista a ausência quase total de informações e de tecnologia agrícola adequada, a rapidez excessiva do povoamento e — no caso dos projetos governamentais — o planejamento de colonização em Brasília. A ênfase inicial dada às culturas alimentares, a reversão à floresta de algumas terras impróprias, e exemplos ocasionais de culturas marginais e pastagens, ou vegetação secundária em solos arenosos, excessivamente bem drenados, não podem deixar de levantar dúvidas na mente do observador casual sobre a viabilidade da agricultura na área. Além disso, em todo território, as formas tradicionais de cultivo alimentar anual e criação de gado extensiva revelaram-se econômica e ecologicamente marginais.

Atualmente, apenas o INCRA e os órgãos colaboradores podem afirmar que seguem um programa de uso da terra imbuído de algumas considerações conservacionistas. Mas até mesmo os conceitos conservacionistas do Instituto continuam bem simplistas, e sua implementação é, em parte, dificultada pela excessiva rapidez de povoamento e a rígida adesão a uma medição de terras ambientalmente inadequada, que só pode ser justificada como um instrumento para minimizar o custo da infraestrutura e dos serviços. Entretanto, a política básica do INCRA de incentivar tanto a agricultura diversificada centrada em culturas arbóreas como a pesquisa ativa, experimentação e trabalhos de extensão realizados por órgãos governamentais, fortalecem a convicção de que surgirão, gradualmente, técnicas de uso da terra mais adequadas do que as normalmente usadas. O grau de aceitação de técnicas aperfeiçoadas de administração da terra dependerá, em grande parte, da capacidade do INCRA de manter ou aumentar seu controle sobre a posse das terras no território, ficando, assim, numa posição que lhe permita frear os excessos de colonos inexperientes ou imprevidentes.

A política do INCRA quanto à posse da terra impediu, praticamente, tanto o aparecimento de ocupações sem título legal e de pequenas propriedades como o de propriedades excessivamente grandes pertencentes a uma companhia, em novas áreas de colonização. A decorrente predominância de propriedades familiares comerciais, com certo limite de tamanho e uma tendência para combinação de usos da terra, tanto na fazenda individual como em maior escala, contribuiu para a estabilidade ecológica e econômica. Conseqüentemente, reduziram-se os perigos de esgotamento total do solo através do uso contínuo de lotes de tamanho inadequado por agricultores de subsistência e transformação de florestas em pastagem sobre grandes áreas contíguas. Já que a lavoura é inapropriada para a maioria dos solos e a força de trabalho apresenta-se relativamente escassa e cara, uma especialização em agricultura de safras anuais não é economicamente viável em grandes e médias propriedades. Assim, considerações econômicas — quando não conservacionistas — incentivam uma transformação crescente em culturas de longa duração, uma vez que uma superfície de 10-20 hectares tenha sido desmatada na propriedade familiar.

Atualmente a criação de gado é o uso permanente da terra indiscutivelmente preferido por ser o mais flexível em termos de insumos e possuir o mais seguro mercado. As entidades do governo terão a responsabilidade de tirar proveito da disposição favorável dos colonizadores em relação ao investimento a longo prazo, desenvolvendo e incentivando sistemas alternados e mais adequados de uso da terra a longo prazo.

Os modernos colonizadores em Rondônia, inclusive os que eram agricultores marginais, deficientes em educação formal, são, em geral, suscetíveis a inovações, como ficou provado pela sua cooperação com fatores de expansão, e por numerosos exemplos de experimentação privada de novas culturas e técnicas. Vindos principalmente da região Centro-Sul, que se moderniza rapidamente, estes migrantes estão acostumados com os elementos da agricultura comercial, possuíam, em geral, uma fazenda e migraram com o objetivo de desenvolver uma atividade agrícola permanente a longo prazo.

Assim, pode-se contar com um progresso contínuo na adaptação dos colonizadores ao meio ambiente da floresta pluvial em Rondônia, e com o aparecimento de uma economia agrícola viável, apesar da deterioração significativa do ecossistema.

QUADRO I

Origens dos colonos dos PICs Jiparaná e Sidney Girão

REGIÃO	PIC JIPARANÁ		PIC SIDNEY GIRÃO	
	Nascimento %	Residência anterior %	Nascimento %	Residência anterior %
Norte	0,8	7,4	3,7	8,0
Nordeste	34,4	7,0	50,5	16,0
Sudeste	54,7	34,4	38,4	16,8
Sul	3,5	10,7	3,7	20,8
Centro-Oeste	6,6	40,5	3,7	38,4
TOTAL (Brasil)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : Arquivos referentes aos colonizadores nos escritórios do INCRA no PIC Jiparaná (259 casos) e PIC Sidney Girão (132 casos).